



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006892-34.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **MARIA ZALIA NEGRÃO FERNANDES**
 Requerido: **Banco do Brasil**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Maria Zalia Negrão Fernandes propôs a presente ação contra o réu Banco do Brasil SA, requerendo: a) seja declarada a inexistência do negócio jurídico; b) a condenação do réu no pagamento de indenização por danos morais em valor equivalente a 10 salários mínimos; b) a anulação definitiva do registro de seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito.

A tutela antecipada foi indeferida às folhas 10.

O réu, em contestação de folhas 22/58, suscita preliminares de ilegitimidade passiva e de inépcia da inicial. No mérito, requer a improcedência do pedido. Sustenta que o débito que a autora tinha para com o réu foi cedido para a Ativos Securitizadora de Crédito SA. Aduz que não existe prova de ato ilícito praticado pela ré.

Réplica de folhas 71/76.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos carreados pelas partes (CPC, artigo 396).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Afasto a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelo réu, tendo em vista que, embora tenha alegado que cedeu seu crédito para a Ativos, não instruiu a contestação, sequer, com o instrumento de cessão de crédito.

Afasto a preliminar de inépcia da inicial porque atendeu aos requisitos do artigo 282 do Código de Processo Civil.

Tratando-se de relação de consumo, de rigor a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta a autora que no ano de 2008 ajuizou ação revisional contra o réu, cuja sentença acolheu parcialmente o pedido, para o fim de desobrigar a autora de pagar as prestações previstas nos contratos de renovação de dívida, ressaltando-se ao réu o direito de ajuizar ação cabível para demonstrar o seu crédito. Naquela ação a autora pretendeu provar que estava sendo cobrada por contrato que não havia assinado. Na ata de audiência restou consignado que o réu confirmou que os contratos não foram assinados. Mesmo após o trânsito em julgado daquela sentença, as cobranças prosseguiram, tendo seu nome incluído nos órgãos de proteção ao crédito por Ativos SA Origem Banco do Brasil, título 650462722, desde 07/09/2009.

O réu se limitou em alegar que cedeu seu crédito para a Ativos Securitizadora de Crédito SA, todavia, não cuidou em instruir a contestação nem com o instrumento de cessão de crédito, nem tampouco com cópia do título 650462722, que ensejou a inclusão do nome da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito.

Tendo em vista a inversão do ônus da prova, competia ao réu comprovar documentalmente a cessão de crédito e a origem do próprio crédito, mediante exibição do contrato assinado pela autora, contudo, não o fez.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido de declaração de inexistência do negócio jurídico.

Por outro lado, tendo em vista que a cessão do crédito não comprovado pelo réu culminou com a inclusão indevida do nome da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito, de rigor a procedência do pedido de indenização por danos morais, sendo desnecessária a comprovação do dano, tratando-se do *damnum in re ipsa*.

Nesse sentido:

1047849-57.2014.8.26.0002 BANCÁRIO – Ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. indenização por danos morais – Autora que nega contratação de negócio jurídico com a requerida – Cessão de crédito cujo objeto não foi comprovado pela apelante - Incidência do CC, artigos 290 e 294, e CPC, artigo 333, I – Dívida inexistente em relação à apelada – Cessão de crédito que não lhe vincula – Correção da declaração de inexistência de relação jurídica e inexigibilidade do débito - Negativação indevida do nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito - Dano moral evidenciado, constituindo fato notório que dispensa prova (*damnum in re ipsa*) – Inaplicabilidade da Súmula nº 385 do STJ por ausência de anterior negativação – Responsabilidade e obrigação de indenizar da apelante mantida - "Quantum" de R\$ 10.000,00, com correção monetária do arbitramento e juros do evento danoso, fixado com observância dos limites da razoabilidade e da proporcionalidade – Redução incabível - Sentença mantida, por seus próprios fundamentos nos termos do artigo 252 do RITJSP - Recurso não provido (Relator(a): José Wagner de Oliveira Melatto Peixoto; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 02/10/2015; Data de registro: 02/10/2015).

Considerando o longo tempo em que o nome da autora permaneceu incluído nos órgãos de proteção ao crédito, a condição econômica das partes e o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 7.880,00, que certamente não importará em enriquecimento sem causa à autora, nem tampouco no empobrecimento do réu. A atualização monetária terá como termo inicial a data de hoje e os juros de mora são devidos desde a inclusão indevida do nome da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito, ou seja, 07/09/2009 (**confira folhas 07**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) declarar inexistente o negócio jurídico celebrado entre as partes; b) condenar o réu no pagamento de indenização em favor da autora, a título de danos morais, no valor de R\$ 7.880,00, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir de 07/09/2009.

Antecipo os efeitos da tutela para excluir o nome da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito. Expeçam-se ofícios aos órgãos de proteção ao crédito para exclusão definitiva do nome da autora, em razão do título nº 650462722.

Sucumbente, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% do valor da condenação, ante o bom trabalho.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 24 de novembro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**